

**CYNTHIA LUDERER**

cynthialud@gmail.com

**Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Instituto de  
Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, Portugal**

## **A AGENDA 2030 E SUAS POTENCIALIDADES PARA A CULTURA**

### **RESUMO**

A Agenda 2030 foi apresentada pela Organização das Nações Unidas em 2015. Dentre os respetivos 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) contidos na mesma, ganha peculiar reconhecimento a Meta 11.4, pois trata a cultura com especificidade. Para debater o papel da cultura no contexto desses ODS, este trabalho visa examinar essa agenda com vista a outras duas cartas: a dos indicadores para a cultura, publicada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em 2019, e a dos indicadores para Portugal (Instituto Nacional de Estatística, 2018). Voga-se analisar essas relações com o propósito de responder à questão: qual a relevância dessa agenda no âmbito das definições das políticas culturais em Portugal, quando se põe em foco os próximos 10 anos? Justifica-se esse conhecimento, pois os ODS podem enquadrar-se como uma ferramenta de apoio na esfera dos planos e das decisões estratégicas voltadas para o âmbito da cultura. Para analisar esses documentos, os recursos semióticos e, mais precisamente, os da análise do discurso foram princípios relevantes para as considerações previstas aqui tratadas. Ao que se refere ao campo teórico, as inferências foram respaldadas a partir do conceito de complexidade defendido por Edgar Morin (1977/1997).

### **PALAVRAS-CHAVE**

Agenda 2030, sustentabilidade, cultura, complexidade, discursos

---

A Agenda 2030 tem sido referenciada mundialmente por diferentes órgãos e nas mais diversas instâncias globais. Esse documento, promulgado em setembro de 2015 pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi apresentado com o propósito de acionar, para o que seriam os próximos 15 anos, um plano voltado para um futuro mais sustentável no que diz respeito ao planeta, às pessoas e à prosperidade. Com 169 metas alinhadas com os seus 17 objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS), essa agenda se agrupa por cinco indicadores, os quais são nomeados como “5 Ps”. Em três desses “Ps” lemos “pessoas”, “planeta” e “prosperidade” e esse trio está intrinsecamente vinculado aos três pilares que ancoram a sustentabilidade: o do social, o do meio ambiente e o da economia. Para os outros dois “Ps” voga-se a “paz” e as “parcerias”, condicionados a um aspeto crítico e relacionados a um campo transversal.

Essa agenda apresenta perspectivas desafiadoras e exprime, como já referido por Duxbury et al. (2017), um latente teor de complexidade. Além de enlaçar os três pilares da sustentabilidade, esta tem vistas a um desenvolvimento sustentável e, ainda, essas representações são tangenciadas nessa carta pela tecnologia e pelos valores culturais. No mais, também está integrada e é potencialmente acionada a partir das relações políticas, quer ao nível local, nacional ou global, pois reza na mesma um apoio previsto de distintas instituições para potencializar as ações em torno do conjunto dos objetivos ali traçados.

Como exposto por Redclift (2005), guiar ações políticas sob a luz do desenvolvimento sustentável é um desafio, pois, ao estarem imbricadas no âmbito do exercício de conciliar os três pilares da sustentabilidade, reluzem uma dinâmica impregnada de paradoxos e contradições, a qual inclui uma relação intrínseca voltada ao desenvolvimento insuflado pelo uso dos recursos naturais. Por sua vez, ter um documento guiado por esse aspeto, no qual emerge a complexidade, torna-se uma oportunidade para romper com a simplificação dos modelos que pouco cabem na esfera da sociedade contemporânea. O paradigma da complexidade é diferente do da simplificação, diz Morin (1977/1997, p. 348), pois cria novas alternativas e junções, e constrói um circuito como unidade. Ainda, segundo Morin (1994), além das quantidades unitárias que interagem, as quais, por vezes, escapam das possibilidades de cálculos, cabe à complexidade civilizar o nosso conhecimento e também dar sentido aos fenômenos aleatórios da vida cotidiana — nas quais a ordem está também presente —, formando um estado de ordem e desordem, no qual se trabalha com os dados imprecisos e também os insuficientes.

Para Leff (2004), a crise ambiental contribuiu para emergir a necessidade de um pensamento complexo e a visão holística é necessária para transformar o mundo. Inclusive, segundo Leff (2004), a “complexidade ambiental inaugura uma nova relação entre a ontologia, a epistemologia e a história” (p. 11) e, mais ainda, “a racionalidade ambiental desconstrói a racionalidade positivista para marcar seus limites de significação e sua intrusão no ser e na subjetividade” (p. 14).

Criados a partir dos desafios que não foram alcançados nos objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM; Nações Unidas, 2000)<sup>1</sup>, os ODS da Agenda 2030 ampliam o antigo leque de ambições. Diferenciada por ser organizada por um coletivo, o propósito dessa agenda voga construir um mundo mais sustentável e resiliente e, como tal, está focado nas pessoas e no planeta. Outro aspeto determinado nesse documento e que toca aqui tratarmos é a sua frente inovadora no que tange à cultura. No que diz respeito a esse tema, a Agenda 2030 ganha peculiar reconhecimento ao explicitar a 4.<sup>a</sup> meta do seu 11.º objetivo no seu plano, a qual impõe: “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo” (Organização das Nações Unidas, s.d., para. 4).

Essa ação foi aplaudida como inovadora, pois confere um avanço ao se comparar os documentos anteriores relacionados com as questões ambientais traçados pela ONU. Porém, diante de uma análise mais ampla dessa agenda, confere-se que muitos dos ODS salvaguardam outras frentes discursivas que permeiam a cultura. Pode-se conferir essa frente quando se observa nessa carta suas potencialidades discursivas, as quais, de modo transversal, correspondem ao âmbito da cultura. Nota-se alguns exemplos quando se pontua nos ODS alguns temas vinculados às questões do património, das indústrias criativas e das práticas de inovações. A cultura também é permeada quando se apresenta na agenda os aspetos vinculados ao conhecimento da comunidade ou aos planos da saúde e da educação, por exemplo. Ainda, com vista à transversalidade, também cabe conferir a cultura em suas diversas dimensões e expressões quando se volta ao prisma que radia outras discussões nesse documento, como as que estão alinhadas ao crescimento econômico ou da redução das desigualdades e a promoção da igualdade dos gêneros.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), órgão vinculado à ONU e voltado para proteger e salvaguardar a cultura mundial, tem apresentado esforços para elevar a cultura como

<sup>1</sup> Os oito ODM foram organizados a partir de uma série de cúpulas realizadas na década de 1990 e tiveram como foco o desenvolvimento humano e a extrema pobreza.

um elemento que se interliga e contribui para outros setores e para o desenvolvimento sustentável. Por sua vez, uma dentre as ações dessa organização é conferida nos indicadores para a cultura 2030 (IC; Unesco, 2019), onde se visualiza a pertinência da cultura diante as várias dimensões dos ODS.

Alinhado com uma metodologia para amparar a profícua discussão passível de relacionar de modo transversal a cultura com os ODS, essa carta tem como base indicadores, nos quais se confere a visibilidade das contribuições dadas pela cultura no âmbito do desenvolvimento sustentável. Nesse documento, também se enuncia um breve histórico das ações promovidas pela Unesco desde a metade do século passado, pelas quais se confere o estreito compromisso desse órgão, tanto no que diz respeito ao seu interesse por defender e promover a cultura, como para enfatizar o potencial da cultura frente ao desenvolvimento sustentável.

Especificamente, no âmbito das políticas públicas de Portugal, quando se põe em causa essas possíveis interligações entre a cultura e a Agenda 2030 ainda se nota pouca clareza. Desse modo, torna-se profícuo salientar a relevância do papel que assumem os ODS da Agenda 2030 para amparar projetos e programas culturais no âmbito luso. Para tanto, torna-se pertinente conhecer melhor as potencialidades discursivas dos ODS que possam contribuir nesse sentido. Com o propósito de mapear essas possibilidades, a priori, merece ser conferido o documento *Objetivos de desenvolvimento Sustentável: Indicadores Para Portugal* (IP; Instituto Nacional de Estatística, 2018), um documento focado no âmbito luso, organizado com o propósito de mensurar as ações desenvolvidas no país que estejam arroladas nos interesses dos ODS. A princípio, pode-se afirmar que a cultura não ganha grifo nessa carta, porém, os elementos pautados ganham representatividade para análise.

Com esse escopo, busca-se responder neste trabalho à seguinte questão: qual a relevância da Agenda 2030 no âmbito das definições das políticas culturais em Portugal, quando se põe em foco a próxima década?

Essa questão justifica-se, pois além de essa agenda se enquadrar como um pilar singular em diversas esferas sociais, tem-se apresentado como uma ferramenta para agregar valor e apoiar as decisões ao nível local, nacional ou internacional das políticas públicas. Os ODS demandam temas emergentes a serem abraçados, que implicam resoluções e ações a nível global, em torno do tema da fome, da paz, das questões climáticas, de gênero, entre outros. O domínio desse conhecimento e das implicações que este traz no âmbito da cultura, pode se vislumbrar em planos e projetos estratégicos que verguem a favor de decisões em prol das políticas culturais e dos próprios ODS.

Com esse fim, o estudo dessa agenda e o conhecimento das aplicações relacionadas com a mesma permitem reconhecer os pontos tênues que a amarram à cultura, pois por vezes estes se escondem sob um prisma transversal. Sob esse aspeto, os IC potencializam-se como agregados nesse debate.

Para avançar sobre a análise desses dois documentos, assim como dos indicadores, e verificar a relação entre eles, este estudo apoiou-se nos princípios da semiótica e na análise do discurso. Com base nesses recursos foram levantadas algumas palavras-chave nos documentos e conferida a pertinência contextual que vislumbresse a relação entre essas três cartas. Ainda, no que tange ao suporte teórico, as inferências apresentadas foram respaldadas com base nos princípios da complexidade defendidos por Morin (1977/1997), para assim perceber as complexas relações contextuais que guiam e resguardam esses documentos. Uma equação que se salienta no âmbito que atravessa a sustentabilidade.

Com o propósito de organizar um texto lúdico para um leitor envolvido com as políticas públicas voltadas à cultura em Portugal, previu-se a organização de um texto no qual a Agenda 2030 estivesse em foco, mas alinhada com os indicadores para cultura 2030 (Unesco, 2019) e os indicadores para Portugal (Instituto Nacional de Estatística, 2018). Sugere-se que este texto seja um convite para que essas cartas sejam conferidas em seu inteiro teor, sendo avaliadas como ferramentas diante o almejado propósito de aproximar a cultura — que por si já é um grande e amplo tema —, das questões que suscitam o desenvolvimento sustentável.

## **OS INDICADORES PARA A CULTURA 2030**

No enredo dos IC, consta um breve histórico dos esforços da Unesco, os quais expressam que esse órgão já deslumbrava, desde os anos de 1950, a pertinente relação da cultura com os temas que se conferem nos 17 ODS da Agenda 2030 e nos 5 Ps. Temas como o da proteção do patrimônio cultural, expresso na Meta 11.4 dessa agenda, já havia sido mencionado em antigas intenções dessa organização. O mesmo ocorre em relação a outras metas, as quais já estiveram expressas em documentos anteriores da Unesco dedicados aos interesses da cultura. Ou seja, há décadas que as discussões que permeiam a cultura se agregam ao contexto do desenvolvimento sustentável.

Diante esse histórico, confere-se que a publicação dos IC, no final de 2019, fortalece esse perfil da Unesco, o qual demonstra seu compromisso

para haver um planeta sustentável. Os indicadores explicitados nessa nova carta apresentam estimado valor para se alcançar um melhor entendimento no que se refere à potencial transversalidade da cultura no que diz respeito aos ODS. Dada a pertinência mantida com esses objetivos, estes tangenciam questões vinculadas a vários âmbitos que os permeiam, desde a redução da pobreza e das ações voltadas para as mudanças climáticas, aos pontos relacionados com o aumento de emprego. Ao torneá-los, discorrem sobre outros fatores que contribuem para o bem-estar dos indivíduos e para o desenvolvimento sustentável.

Quer a nível local quer nacional, os IC tornam-se uma ferramenta para auxiliar no processo de avaliação das políticas culturais. Além de se destacarem ao indicarem a relevância da colheita e da divulgação dos dados relacionados à cultura quando tangem os ODS, também apresentam orientações metodológicas de como fazê-lo.

Como já exposto, a cultura é explicitamente referenciada no Objetivo 11.4 da Agenda 2030, mas, como bem indicam os IC, além desse ponto, sobre a proteção do patrimônio cultural e natural do mundo, há outros ecos discursivos relacionados com a cultura e expressos nos ODS. Uma leitura atenta dos objetivos da Agenda 2030 é capaz de enunciar essa latente relação, mas os IC contribuem para ratificá-la, pois enunciam explicitamente os ODS que a cultura atravessa. Diante desse domínio, potencializa-se a visibilidade da cultura frente aos ODS, pois se criam argumentos para desenvolver ações voltadas para as políticas culturais relacionadas com esses objetivos.

Com vista à promoção da cultura diante dos ODS, os IC organizam-se em quatro dimensões: a dimensão do meio ambiente e resiliência; a da prosperidade e meios de subsistência; a do conhecimento e habilidades; e a da inclusão e participação. Por sua vez, a cada dimensão vinculam-se alguns dos 22 indicadores ditados nessa carta. Nessa imbricação, ainda cabe relacionar os cabíveis ODS da Agenda 2030 a uma das respectivas dimensões apresentadas nos IC (Tabela 1).

DIMENSÃO	I: Meio ambiente e resiliência	II: Prosperidade e meios de subsistência	III: Conhecimento e habilidades	IV: Inclusão e participação
ODS	2, 6, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16	8, 10, 11	4, 8, 9, 12, 13	9, 10, 11, 16
INDICADORES	1 – Despesas em patrimônio 2 – Gestão sustentável do patrimônio 3 – Adaptação climática e resiliência 4 – Instalações culturais 5 – Espaço aberto para a cultura	6 – Cultura no produto interno bruto 7 – Emprego cultural 8 – Empresas culturais 9 – Despesas domésticas 10 – Comércio de bens e serviços culturais 11 – Finanças públicas para a cultura 12 – Governança da cultura	13 – Educação para sustentabilidade e desenvolvimento 14 – Conhecimento cultural 15 – Educação multilíngue 16 – Educação cultural e artística 17 – Treinamento cultural	18 – Cultura para a coesão social 19 – Liberdade artística 20 – Acesso à cultura 21 – Participação cultural 22 – Processos participativos

Tabela 1 Dados relacionados com indicadores para a cultura 2030

Ao conferir a Tabela 1, verifica-se que, segundo exposto nos IC, quatro dos 17 objetivos ditados na Agenda 2030 escapam da condição de manter algum nível de relação com a cultura. São eles: erradicar a pobreza; saúde de qualidade; igualdade de gênero; energias renováveis e acessíveis. Ainda que assim o seja, diante do potencial da cultura como uma força transversal e das possibilidades de uma dinâmica complexa no que tange às próprias expressões culturais, pode ser cabível um questionamento no que toca a essa limitação.

## UM OLHAR METODOLÓGICO COM VISTA AOS ODS

Dentre as narrativas contextualizadas nos IC, merecem atenção os mecanismos metodológicos presentes, os quais visam potencializar as ações voltadas para as políticas culturais focadas nos ODS da Agenda 2030. Com isso, dentre as orientações dessa carta, a qual tem um peculiar modelo, com características que se assemelham a um manual, destacam-se as medidas de controle plausíveis de serem aplicadas aos projetos culturais, que podem ser seguidas por meio de dados qualitativos e/ou quantitativos.

Defende-se nos IC que, por essa prática, se crie um mecanismo que auxilie no monitoramento das ações voltadas para a cultura, pois o desenvolvimento metodológico colabora no processo das escolhas de novos projetos e também nos critérios de uma seleção. Para tanto, manter uma coleta de dados, assim como medi-los, cria uma dinâmica no âmbito da cultura que amplia o leque de justificativas para programar uma defesa no que se refere à pertinência da cultura ao âmbito dos ODS.

Para tanto, voga-se nos IC pela organização e coesão dos dados relacionados à cultura, evitando que sejam mantidos de modo fragmentado. Também se ressalva nessa carta a relevância em difundir os dados para um coletivo maior, fortalecendo os canais de visualização, como também tendo o cuidado em tratá-los. Considerando o potencial transversal que eles ocupam no que se refere aos vários ODS, esses registros potencializam as evidências dos materiais colhidos e analisados diante dos tomadores de decisão na ordem das questões públicas.

Outro aspecto relacionado aos dados e expresso nos indicadores refere-se à cooperação entre as agências e instituições. Diante de uma diversidade de interesses, os indicadores sugerem que os dados para as análises sejam captados de diferentes órgãos, como de ministérios, organizações não governamentais, universidades, assim como de fontes que geram as estatísticas, quer a nível nacional quer local. Assim, vale também conferir as informações de barômetros específicos e observatórios relacionados às agências públicas, como de outras instituições voltadas ao sistema da cultura. Nesse âmbito, os relatórios e periódicos também expressam um grande valor para essa avaliação.

Também vale a nota quanto a especificar as variáveis no que tange a algumas informações, como as relacionadas ao sexo, idade, deficiência, etnia, renda, educação ou outros aspectos que caibam ser descritos a nível local e nacional. Dado o aspecto transdisciplinar imbricado à cultura e aos ODS, torna-se válido sensibilizar diferentes setores e instituições com vista à colheita de dados, assim como cooperarem com os mesmos.

Nesse mapa de dados, ainda é pertinente considerar informações transversais que ganhem relação com a cultura, como as vinculadas à qualidade do meio ambiente, por exemplo. Inclusive, nesse prisma, cabem ser avaliadas as ações relacionadas com o compromisso e a gestão dos patrimônios, os quais são passíveis de estarem vinculados ao contexto da resiliência ambiental e também vinculados às ações climáticas.

Esse agrupamento de informações, oriundas de várias fontes, o torna um instrumento para a avaliação das intenções em torno de projetos

voltados para a cultura, constituindo-se uma importante ferramenta para buscar a cooperação e o apoio de programas e instituições na iniciativa de novos projetos culturais. E, quanto a isso, torna-se pertinente ressaltar que deve haver coerência entre os dados captados, pois facilita para organizar estratégias na busca dos apoios.

Em tempo, vale destacar que as informações amparadas sob dados estatísticos ganham potencial e capacidade analítica para as agências relacionadas com a cultura validarem o seu papel, assim como sensibilizarem outros setores e instituições que visem promover diferentes questões, as quais vão desde a educação ao meio ambiente. Tanto a cultura como os ODS oferecerem uma legenda discursiva aderente aos princípios da complexidade, monitorá-los por uma métrica quantitativa pode insinuar um latente paradoxo, que induz a uma redução da diversidade inserida no contexto da cultura e do desenvolvimento sustentável. Porém, a aplicação de uma dinâmica movida por um molde metodológico, e ainda amparada por indicadores numéricos, contribui para endossar o processo de decisões por outras esferas em prol de projetos culturais. A chamada de Leff (2004) apresenta-se como uma justificativa para se tentar entender a pertinência dessa máxima métrica, ainda mantida em torno de condutas de ordem pública nessa área na atualidade:

a valorização da complexidade ambiental implica transformar a atual métrica que reduz a diversidade ontológica e axiológica do mundo aos valores objetivos, quantitativos e uniformes do mercado, a uma teoria qualitativa de uma economia sustentável, capaz de integrar os processos econômicos, ecológicos e culturais dentro de um pluralismo epistemológico e axiológico e de racionalidade ambiental - incluindo a multiplicidade das racionalidades culturais que as formam - nos processos de apropriação da natureza e da incorporação das condições ecológicas da sustentabilidade e dos processos produtivos. (p. 36)

Diante disso, vale resguardar os dados quantitativos enquanto se aguarda novos passos almejados em torno de processos que vislumbrem a complexidade inerente aos temas relacionados ao ambiente. Ao menos, confere-se que os mecanismos metodológicos divulgados nos indicadores para a cultura 2030 mostram alguma distinção quando se referem aos ODS. Ainda que sigam uma cartilha bastante semelhante, não há um único modelo a ser aplicado para todos. Dado isso, vale salientar sobre a devida cautela ao se escolher uma das linhas metodológicas divulgadas nos IC,

para que as fontes e os dados a serem colhidos/analizados estejam em sintonia e passíveis diante uma avaliação credível.

O uso adequado da metodologia contribui para haver um processo de confiança nas fontes e nos dados mencionados. Quer a nível quantitativo ou qualitativo vale manter a atenção no controle dos dados, pois com estes se cria facilidades no que tange aos diversos tipos de solicitações direcionadas para distintos órgãos. Ainda convém enfatizar que os dados contribuem para desenvolver uma base de conhecimento no campo da cultura, assim como destacar o pertencimento de ações culturais diante dos ODS. No mais, com essa coleta e sua consequente organização, também pode ser almejada uma base de dados digitais, a qual contribui para uma visão global e que demonstre o avanço da contribuição da cultura frente aos interesses da Agenda 2030.

Outro fator relevante e destacado nos indicadores refere-se ao espaço de atuação, pois há diferentes tipos de espacialidades onde as ações podem ser procedidas, quer a nível internacional, nacional, mas também local. As cidades têm ocupado destaque nesse sentido, pois tornam-se perceptíveis as participações dos municípios no que tange à cultura e suas ações voltadas aos interesses dos ODS. Esse aspecto também justifica a singularidade metodológica a ser aplicada. É válido salientar a relevância da dimensão e estrutura local. Por sua vez, como destaca Boff (2017), na perspectiva da sustentabilidade, o valor das pequenas ações torna-se importante e, inclusive, como exemplo, ele menciona um discurso de Friedrich, um dos diretores da usina hidrelétrica de Itaipu-Brasil, quem também é coordenador do programa Água Boa. Assim,

quanto mais microscópica e local for uma iniciativa multiplicadora, melhor ela se torna. Afinal, o maior desafio em relação aos Objetivos do Milênio e da Agenda 2030 é aterrisar no cotidiano das pessoas, incentivando e apoiando a sua ação transformadora local. (Morais, 2016, p. 84)

A Agenda 2030 enaltece em vários objetivos a relevância do desenvolvimento local como uma valia vinculada à sustentabilidade. Mais especificamente, o signficante “regional” está explícito no primeiro e segundo objetivos, os quais objetivam acabar com a pobreza e a fome, respectivamente, assim como no nono, o qual trata das infraestruturas, e no 11º, que discorre sobre o ponto das cidades sustentáveis. Quanto a isso, torna-se importante salientar que a complexidade também é inerente aos menores núcleos, onde, na condição de lugar, se constroem práticas culturais de

diferentes dimensões, pois, como dito por Leff (2004), cada cultura define diferentes sistemas simbólicos.

No que toca aos interesses do desenvolvimento sustentável, a cultura ganha uma abordagem que alcança o nível local e o global. A amplidão dessa sua aderência é um dos aspetos que a fez ser cogitada pelo australiano John Hawkes como tendo o enquadramento para se situar como um quarto pilar da sustentabilidade. Ainda que a ideia tenha ganhado uma boa acolhida no início deste milênio, não se materializou. Com isso, valem todas as forças para dar a ela o seu devido lugar nesse cenário.

## **ODS E OS INDICADORES PARA PORTUGAL**

Bastante distinto do que foi apresentado em relação aos IC, os IP demonstram um frágil lastro com a cultura. A busca pela palavra-chave “cultura”, por exemplo, logo indica quão pouco fértil esta é nesse documento.

Ao buscar esse significante no seu sentido lato, além de estar presente nos ODS na Meta 11.4, reluz em outros dois momentos: no Objetivo 4.7, relacionado à educação, e que tem ali a cultura prezada pela sua contribuição vinculada ao desenvolvimento sustentável; e no Objetivo 8.9, o qual é ligado ao sentido da implementação das políticas para promover o turismo sustentável. Por sua vez, nos IP, a presença do vocábulo é ainda menor. O termo “cultura” é citado quando o documento apresenta a Meta 8.9 dos ODS e também quando ilustra a Meta 9.5, a qual trata da relevância de ampliar os conhecimentos de dados no que se refere ao trabalho criativo, incluindo-se assim a cultura.

Comparar os IC com os IP é pouco justificável, pois ambos apresentam propósitos distintos. Os IP foram organizados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) de Portugal e para formatá-los houve uma coleta de dados vinculados aos anos de 2010 a 2018. Os indicadores nacionais fornecem uma leitura estatística mais adequada sobre a realidade do país e contribuem para acompanhar a concretização das metas globais. Tais informações resguardam severa relevância para se acompanhar os indicadores relacionados aos ODS e os países envolvidos com a agenda foram encorajados a submeter pelo menos dois relatórios até 2030. Com base nestes IP, de 2018, o próprio documento aponta que Portugal só possuía 41% dos dados estatísticos disponíveis quando se preza o acompanhamento dos 17 ODS (Instituto Nacional de Estatística, 2018).

Ainda que estejamos diante de uma percentagem pequena no que se refere aos índices captados, essa questão mostra que as ações e os respetivos

dados sobre a cultura, quando relacionados com os 17 ODS, vêm sendo relegados no contexto do controle das políticas culturais lusas. Questiona-se essa ausência quando se defronta com as potencialidades da imersão da cultura junto aos ODS descritos nos IC, assim como os limitados índices mensurados. Tal cenário indica a urgência que há dos atores envolvidos com a cultura em reconhecer o potencial da transversalidade relacionada na cultura para divulgar e desenvolver métricas dessas ações. Nesse compasso, já se encontram ações esporádicas que têm se fortalecido, e que têm sido registradas, inclusive. Refiro-me, por exemplo, a um guia que apresenta diversas ações no âmbito da cultura em Portugal, as quais foram focadas na temática da sustentabilidade (Riccardi, 2019).

Diante disso, provocam-se os agentes dos setores das políticas culturais de Portugal para buscarem as possibilidades de imbricações que há da cultura quando se tem em vista sua transversalidade diante os 17 ODS. Assim, tem-se nesse instigante desafio a possibilidade de abstrair desses objetivos outros eixos relacionados à cultura, e materializar as ações por meio dos dados para dar visibilidade aos mesmos. Inclusive, é válido questionar e provocar cruzamentos com os ODS que não foram relacionados nos IC. Além disso, leva para as suas rotinas o exercício de mensurar suas ações, assim como sugerido nos IC, garantindo a materialização de dados e o potencial papel da cultura diante o desafio de ter um desenvolvimento sustentável para todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da questão que norteou este trabalho, sobre a relevância da Agenda 2030 no âmbito das definições das políticas culturais em Portugal, quando se põe em foco a próxima década, pode-se afirmar que a dimensão explicitada nessa agenda apresenta imensos contributos para que se organize um planeta com ações voltadas para as pessoas e a prosperidade dentro das possibilidades de haver consonância nessa métrica. No entanto, os ODS dessa agenda ainda não tornam visíveis as questões culturais no seu teor, que tão pouco estão presentes nas ações voltadas às políticas públicas em Portugal.

Por sua vez, nesse contexto, como bem visto pelos IC, a cultura pode dar imensas contribuições quando relacionada com os ODS, em diversas dimensões, quer para a sociedade quer para o próprio meio ambiente. Para tanto, essa agenda ganha relevância quando vista pelo seu potencial transversal, o que adensa suas possibilidades para guiar as questões culturais.

A relevância do teor traçado nessa carta de intenções, a qual põe em causa o desenvolvimento sustentável para a próxima década e move diferentes agentes a nível global, pode ser fortalecida quando posta em consonância com as indicações enunciadas nos IC, pois a cultura agrega valor aos ODS para 2030.

Nesse sentido, além de os países desenvolverem políticas culturais que contribuam para endossar os ODS, é cabível que os mensurem. A captação de dados contribui para enunciar essa relação e, além do mais, esclarece a pertinência da cultura junto aos ODS para que, conseqüentemente, se empuxe o notório vínculo que a cultura estabelece com as questões relacionadas com a sustentabilidade e o meio ambiente. Para tanto, o exercício métrico é necessário, pois ainda que se trate de questões densamente complexas, os apoios e as decisões no âmbito das definições das políticas culturais são determinados pelos índices estatísticos.

No que se refere a Portugal, essa dinâmica não se diferencia e, posto os dados obtidos pelo país no que se refere aos ODS estarem aquém dos índices almejados, julga-se necessário uma ampliação de controles métricos sobre as ações relacionadas aos ODS para que estas se tornem tangíveis. Para tanto, no que diz respeito à cultura, cabe aos agentes voltados às políticas públicas enfatizarem a pertinência das ações que desenvolvem com relação aos ODS e, como suposto, registrá-las, para que sejam mensuradas e fortaleçam a visualização das mesmas diante os órgãos estatísticos.

## AGRADECIMENTO

Este trabalho é apoiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020.

## REFERÊNCIAS

- Boff, L. (2017). *Sustentabilidade: O que é – O que não é*. Editora Vozes Limitada.
- Duxbury, N., Kangas, A., & De Beukelaer, C. (2017). Cultural policies for sustainable development: Four strategic paths. *International Journal of Cultural Policy*, 23(2), 214–230. <https://doi.org/10.1080/10286632.2017.1280789>

- Instituto Nacional de Estatística. (2018). *Objetivos de desenvolvimento sustentável: Indicadores para Portugal*. [https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_publicacoes&PUBLICACOESpub\\_boui=332274994&PUBLICACOESmodo=2](https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=332274994&PUBLICACOESmodo=2)
- Leff, E. (2004). *Racionalidad ambiental – La reapropiación social de la naturaleza*. Siglo XXI editores.
- Morais, L. (2016). Uma rede do bem: Sem Itaipu, representante de boas práticas em água premiados pela ONU lançam plataforma e propõem novas alianças de cooperação para a implementação dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável/Agenda 2030. *Revista Ecológico*, 91, 82–85.
- Morin, E. (1997). *O método I: A natureza da natureza* (M. G. Bragança, Trad.). Publicações Europa-América. (Trabalho original publicado em 1977)
- Morin, E. (1994). *Introducción al pensamiento complejo*. Gedisa.
- Nações Unidas. (2000). *Declaração do milénio*. <https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>
- Organização das Nações Unidas. (s.d.). *11 cidades e comunidades sustentáveis*. <https://unric.org/pt/objetivo-11-cidades-e-comunidades-sustentaveis-2>
- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. (2019). *Culture | 2030 indicators*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000371562>
- Redclift, M. (2005). Sustainable development (1987–2005): An oxymoron comes of age. *Sustainable development*, 13(4), 212–227. <https://doi.org/10.1002/sd.281>
- Riccardi, V. (Ed.). (2019). *Creative responses to sustainability: Cultural initiatives engaging with social & environmental issues - Portugal guide*. Asia-Europe Foundation. <https://culture360.asef.org/media/2019/06/ASEF%20Portugal%20Green%20Guide%20Online%20Version-June.pdf>

## Citação:

Luderer, C. (2021). A Agenda 2030 e suas potencialidades para a cultura. In M. Gama & P. R. Costa (Eds.), *Políticas culturais municipais: Análise de documentos estruturantes em torno da cultura* (pp. 193–206). CECS.